PORTARIA CONJUNTA Nº 343/2014
(Alterada pela [Portaria Conjunta da Presidência nº 523/2016](#))

Disciplina o destino dos autos dos agravos de instrumento.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, o PRIMEIRO, o SEGUNDO e o TERCEIRO VICE-PRESIDENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA e o CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhes conferem os [artigos 26](#), inciso II; [29](#), inciso II; [30](#), inciso III; [31](#), inciso V; e [32, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais](#), aprovado pela [Resolução do Tribunal Pleno nº 0003](#), de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO que a [Constituição da República, em seu artigo 216](#), § 2º, dispõe que cabe à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem;

CONSIDERANDO o teor dos dispositivos editados pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na [Recomendação nº 37](#), de 15 de agosto de 2011, especialmente quanto às alíneas “b” e “c” do item XVII, com a nova redação dada à alínea “c” do referido item, pela [Recomendação nº 46](#), de 17 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO que o [Regimento Interno do Tribunal](#) de Justiça, em seu artigo 385, prevê ato conjunto para disciplinar o destino dos autos do agravo de instrumento, após o seu trânsito em julgado;

CONSIDERANDO que a remessa exclusiva da decisão monocrática ou acórdão, prevista no referido artigo regimental, não deve afastar a possibilidade de que o ato conjunto acrescente a remessa dos outros documentos originais, que devem conservar a temporalidade própria da ação principal, evitando restaurações difíceis e improváveis;

CONSIDERANDO que, via de regra, os agravos de instrumento são formados por cópias reprográficas de peças da respectiva ação principal, acrescidas das originais produzidas após o traslado e durante a sua tramitação processual, como minuta, contraminuta e acórdão;

CONSIDERANDO que a guarda desses agravos de instrumento, quando findos, consome tempo e serviços desnecessários, além de ocupar espaços escassos em arquivos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO, finalmente, a instituição do “Programa Sustentabilidade Legal” que objetiva implementar, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, ações que visem à preservação e recuperação do meio ambiente;

RESOLVEM:

Art. 1º - A destinação dos autos dos agravos de instrumento interpostos e processados na segunda instância do Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado, fica assim definida:

I - o Cartório do Tribunal no qual tramitaram os agravos de instrumento encaminhará à Secretaria do Juízo prolator da decisão agravada os documentos originais gerados no processamento do recurso, incluídos acórdão, decisão monocrática, guias de recolhimento de custas e outras despesas e certidão de trânsito em julgado, após registro na movimentação processual e publicação, que constará a data da remessa;

II - as cópias reprográficas integrantes dos autos do agravo de instrumento deverão ser remetidas à área de gestão documental - subordinada à Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (DIRGED), que, respeitados os critérios de responsabilidade social e de preservação ambiental, as descartará;

III - a Secretaria do Juízo prolator da decisão agravada juntará aos autos da ação a que se referir o agravo de instrumento os documentos originais mencionados no inciso I deste artigo, certificando tal fato. (Nova redação dada pela Portaria Conjunta da Presidência nº 523/2016)

~~III - a Secretaria do Juízo prolator da decisão agravada juntará aos autos da ação a que se referir o agravo de instrumento os documentos originais mencionados no inciso I deste artigo, certificando e publicando tal fato.~~

Art. 2º - Na hipótese de os autos principais já se encontrarem em grau de recurso no Tribunal, caberá ao Cartório responsável pela sua tramitação a retirada dos documentos originais gerados no processamento do agravo de instrumento e sua juntada aos referidos autos, bem como a remessa das cópias reprográficas que sobejarem à área de gestão documental para fins do disposto no inciso II do Art. 1º desta Portaria Conjunta.

Parágrafo único - Estando os autos principais com remessa aos Tribunais Superiores, caberá ao cartório, quando de seu retorno, providenciar a retirada dos documentos originais e a juntada aos autos principais.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 07 de abril de 2014.

Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES
Presidente do Tribunal de Justiça

Desembargador ALMEIDA MELO
Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

Desembargador JOSÉ ANTONINO BAÍA BORGES
Segundo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

Desembargador MANUEL BRAVO SARAMAGO
Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

Desembargador LUIZ AUDEBERT DELAGE FILHO
Corregedor-Geral de Justiça